

SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A ANÁLISE DE SENTIDOS EM “ESCREVIVÊNCIAS”

Florisbete de Jesus Silva (SME-Porto Seguro-BA)

florisbete@gmail.com

RESUMO

Este artigo discute sobre as contribuições da Semântica do Acontecimento para a análise de sentidos em “escrevivências”. A Semântica do Acontecimento é uma construção teórico-enunciativa de análise, desenvolvida por Eduardo Guimarães (2005 [2002]; 2018), a qual considera que os sentidos emergem no texto mediante relação com a enunciação, com a história e com os sujeitos constituídos na e pela linguagem. O termo “escrevivência” foi criado por Conceição Evaristo (1996), para significar a escrita que tem a pessoa negra como protagonista, seja como autor, seja como personagem. Uma escrita de autoria negra, atravessada pela história, cultura e movimentos de luta do povo negro.

Palavras-chave:

Escrevivências. Análise de sentidos. Semântica do Acontecimento.

ABSTRACT

This article discusses the contributions of Event Semantics to the analysis of meaning in “escrevivências” (writings based on lived experiences). Event Semantics is a theoretical-enunciative analytical construct, developed by Eduardo Guimarães (2005 [2002]; 2018), which considers that meanings emerge in the text through a relationship with enunciation, history, and the subjects constituted in and by language. The term “escrevivência” was coined by Conceição Evaristo (1996) to signify writing that features Black people as protagonists, whether as authors or characters. It is writing authored by Black people, traversed by the history, culture, and struggles of Black people.

Keywords:

“Escrevivências”. Event Semantics. Meaning analysis.

1. Introdução

Analisar textos do lugar onde a Semântica do Acontecimento (SA) nos posiciona é compreender que esses textos estão atravessados por sentidos em movimento, funcionando de modos diferentes, apontando para outras possibilidades de interpretações (Guimarães, 2010, 2016).

De acordo com essa teoria, as relações de sentido em um texto se constroem pelo funcionamento da língua, afetada pela sua exterioridade e pela história. Desse modo, os sentidos de uma palavra são analisados mediante relação com outras palavras no funcionamento textual, obser-

vando o litígio que se estabelece na enunciação, indicando que esses sentidos não são únicos.

É desse lugar que analisamos recortes de duas escrevivências brasileiras: “Quarto de despejo: diário de uma favelada” (Carolina Maria de Jesus, 1960); “Quando eu voltei, tive uma surpresa” (Cartas escritas por Joel Rufino, nos anos de 1973 a 1974). O objetivo é demonstrar como a metodologia de análise proposta pela Semântica do Acontecimento contribui para a compreensão de como os sentidos se movimentam no texto, indicando que a construção desses sentidos não é intencional, mas histórica.

Ao tomarmos essas escrevivências como objeto de análise, dessa posição atrelada à teoria da SA, compreendemos que o sujeito-falante desses textos, seja do lugar de narrador ou do lugar de personagem, fala de um lugar social que mobiliza modos de dizer diferentes, e esse dizer aponta para a divisão de sentidos no funcionamento da língua, para o movimento político da disputa da palavra.

2. *Literatura negra: Uma escrita marcada pela escrevivência*

Para Conceição Evaristo, escrevivência e literatura negra estão intrincadas, uma vez que “o exercício primeiro dessa literatura é a tentativa de criação de um discurso onde o negro surja como sujeito da história, que se desenrola em consonância ao modo negro de ser e de estar no mundo, isto é, orientada por uma cosmogonia negra, própria” (Evaristo, 1996, p. 2). Ademais, a autora afirma que a literatura negra não está relacionada apenas com a referência racial do/a autor/a, com a cor da sua pele, mas com o modo como ele trata os dados étnicos que traz em si, como dá voz às pessoas negras por meio da sua escrita, tomando a história do seu povo como temática principal. É uma literatura engajada na luta pelo resgate de uma trajetória de resistência que foi excluída, pela desconstrução de estereótipos criados para legitimar o discurso da inferiorização, fortalecido por sentidos pejorativos.

A autora também afirma que essa literatura, apesar de tentativas para sua invisibilização, vem sendo construída desde os primeiros movimentos para a consolidação da literatura brasileira, uma vez que em seu acervo estão obras de escritores/as como Cruz e Souza, Luiz Gama, Lima Barreto, Maria Firmina dos Reis, os/as quais, afetados/as pelo Movimento Negro, trazem para a sua escrita as marcas de si, e desse modo vão

construindo o “seu escrever-inscrevendo-e-se-vendo, de um lugar social que vê, observa, sonha, inventa e realiza a sua escritura; o lugar social que está o negro” (Evaristo, 1996, p. 27). Assim, ela vai tecendo “um discurso capaz de explicitar o negro, a sua inserção no mundo, os seus sentimentos, as suas particularidades como sujeitos da história” (*Idibid.*, p. 41).

O sujeito que ocupa o lugar social de autor/a, na literatura negra, é negro/a, se inscreve na narrativa como um negro, uma negra, se apresenta como um negro, uma negra, expõe suas experiências históricas, suas vivências, deixando, desse modo, de ser objeto sobre o qual se fala, para ocupar o lugar da autoria; é um sujeito “abraçado ao coletivo”, o/a qual, “ao falar de si, fala dos outros, ao falar dos outros, fala de si” (Evaristo, 1996, p. 43).

O corpus da literatura negra, ainda segundo a autora, é a história do povo negro, contada sob um outro olhar, outro ponto de vista, que é o negro, por isso é marcada pela valorização e positividade, por uma ruptura com uma representatividade pejorativa, estereotipada, a fim de dar lugar a uma outra, recriada por “uma semântica que, se antes era viciada em compor a coisificação do negro, ao ser reapropriada pela voz negra vai adquirir um outro tom, que se atualiza na afirmação positiva na enunciação do eu negro e da sua inserção no mundo” (Evaristo, 1996, p. 141).

No que diz respeito à linguagem da literatura negra, Conceição Evaristo (1996) ressalta a importância da oralidade na busca da memória individual e coletiva do povo negro, presente em sua cultura, na sabedoria popular. Essa linguagem, segundo a autora, é atravessada pela subjetividade, pela vivência. Assim, a escolha por aproximar a escrita da oralidade, objetiva mobilizar as palavras do cotidiano, as quais movimentam a vida. Nesse sentido, ela afirma: “Quero criar uma literatura a partir de minhas próprias experiências com a linguagem, nucleada pela oralidade, a partir da dinâmica de linguagem do povo” (Evaristo, 2020, p. 42).

Pela palavra e pela memória, conforme Conceição Evaristo, o sujeito escreve e se inscreve, buscando o seu pertencimento. Essa experiência surge não só da própria experiência, mas da investigação do mundo, das vidas em proximidade, a qual nem sempre traz respostas. Desse modo, ressalta: “Escrevivência nunca foi uma mera ação contemplativa, mas um profundo incômodo com o estado das coisas. É uma escrita que tem, sim, a observação e a absorção da vida, da existência” (Evaristo, 2020, p. 34). Escrevivência é a busca pela inserção no mundo, marcando-

o com as histórias do povo negro, com as suas vidas, com o objetivo de afirmação, reconhecimento, valorização. Sendo assim, esse “mundo-vida” é apreendido, para que nele o sujeito possa fazer a autoinscrição, que não é só individual, pois ao “escrever a si próprio, seu gesto se amplia e, sem sair de si, colhe vidas, histórias do entorno; por isso é uma escrita que não se esgota em si, mas, aprofunda, amplia, abarca a história de uma coletividade” (Evaristo, 2020, p. 35).

Lívia Natália Santos (2018a, p. 30) afirma que a escrevivência possibilita a criação de uma literatura que adentra na língua dominante para que autores e autoras negros/as, agenciados/as por uma enunciação coletiva, retomem o que foi excluído pela literatura hegemônica, criando “uma dicção própria, que se dá não apenas pelo assunto em cena, mas pelo próprio modo como ele se organiza esteticamente”. Desse modo, ressalta a autora, escrevivência “é inscrever traços da vida, investindo-se, enquanto sujeito, transformando a escrita no gesto que interrompe o livre fluxo da negação ou limitação de existências tornando possíveis vidas pensadas pela estrutura racialmente construída como inviáveis” (Santos, 2020, p. 209).

Nessa linha de pensamento, Maria Nazareth Soares Fonseca (2020, p. 66) ressalta que a “escrevivência torna-se uma estratégia escritural que almeja dar corporeidade a vivências inscritas na oralidade ou a experiências concretas de vidas negras que motivam a escrita literária”. Para a autora, é uma escrita constituída pela força da palavra, que reconhece o direito de dizer e de ser ouvido; uma escrita de resistência que traz os marginalizados para o centro das discussões, ao representá-los como personagens principais; uma escrita que resgata histórias silenciadas, as quais, a nosso ver, foram substituídas por uma história única, incompleta, atravessada pela estereotipia, como aponta Chimamanda Adichie (2019).

Tomamos esse conceito de escrevivência, construído por Conceição Evaristo, para especificar as duas obras que compõem o *corpus*, do seguinte modo:

1. Escrevivência de Carolina (“Quarto de despejo: diário de uma favelada” – 1ª edição: 1960): Carolina escreveu sobre seu dia a dia na favela do Canindé, Zona Norte de São Paulo. Em 1958, conheceu o jornalista Audálio Dantas, que a auxiliou na publicação de seu diário. Em *Quarto de Despejo*, a escritora relata situações vivenciadas por ela, seus filhos e demais pessoas que vivem na favela, provocando o leitor a refle-

tir acerca dos temas abordados em seus relatos: a fome, a falta de dignidade, a miséria, o racismo.

2. Escrivência de Joel. “Quando eu voltei, tive uma surpresa (Cartas escritas nos anos de 1973 a 1974)”: Coletânea de cartas que Joel Rufino escreveu para Nelson, seu filho de oito anos, de uma cela do Presídio do Hipódromo, em São Paulo, após prisão, em 1972. As cartas foram o meio encontrado pelo escritor, para amenizar o sofrimento do filho, o qual ficou desesperado com a ausência do pai. São cartas marcadas por relatos e histórias que tornam a vida na prisão menos sombria aos olhos do menino, misturando fatos do presente e acontecimentos passados que relatam as lutas do povo negro pela liberdade.

Compreendemos que essas escritas são perpassadas pela história de uma coletividade, elas são constituídas pela inscrição do sujeito negro que as produz ou que as inspira. Nesse sentido, ele é, “antes de tudo, um ator em cena, amalgamando sentimentos e ações, compondo uma relação profunda entre escrever–viver–vendo–sendo–e–estando–diante–e–dentro de um espetáculo que ele organiza para sua criação literária” (Evaristo, 1996, p. 27-8). Ainda pensando nesse conceito da autora, é possível dizer que essas escritas funcionam como testemunhas na trajetória desses sujeitos, nelas cabem todas as suas dores, a sua luta diária, suas decepções e alegrias, suas esperanças frente à falta de tantos direitos garantidos por lei, mas negados pela omissão e indiferença da sociedade estruturalmente marcada pelo racismo.

Nessas escritas, o político é apreendido no movimento dos falantes por um lugar em que possam ter o direito ao dizer, de serem ouvidos, valorizados, respeitados. Nelas há um litígio significado na denúncia de que nem todos têm o direito às mesmas posições, aos mesmos direitos sociais e jurídicos. Há um embate para se romper as barreiras construídas por uma minoria que se apropria do dizer, e esse conflito traz a desigualdade para a visibilidade, a luta faz aparecer a busca pelo pertencimento dos que são considerados desiguais.

3. Semântica do Acontecimento e suas contribuições para a análise de escritas

Nesse lugar teórico da Semântica do Acontecimento, as escritas que compõem o corpus desta pesquisa são tomadas como textos, unidades que integram enunciados, cujos elementos, em suas inter-

relações no acontecimento enunciativo, mobilizam sentidos que são constituídos no funcionamento político da língua. O enunciado é uma “unidade de linguagem que apresenta, no seu funcionamento, uma consistência interna”, o que significa que “tem que ser considerado um elemento linguístico em um acontecimento”. Essa consistência deve estar “aliada a uma independência relativa”, ou seja, “mesmo sendo independente, não deixa de ser um enunciado senão enquanto enunciado de um texto, de um acontecimento”. É essa ligação entre a independência relativa e a consistência interna que “faz o enunciado significar e assim ser enunciado, e não se reduzir a uma sequência de sons, ou de palavras, ou de formas, simplesmente” (Guimarães, 2018, p. 15-17).

Para a análise desses textos, selecionamos recortes (representados, neste trabalho, pela letra R, seguida de uma sequência numérica – [R1], [R2]). Esses recortes são “fragmentos do acontecimento da enunciação, formas linguísticas que aparecem como correlacionadas em virtude de terem uma mesma relação com o acontecimento, independentemente da posição na sequência”. Ao analisarmos esses recortes, precisamos considerar que os sentidos estão sempre em movimento no texto e que a uma análise se acrescentam outras que a ela estejam relacionadas. Nesse percurso, encaminha-se para a interpretação do texto, em um processo em que os recortes são descritos, revisitados, inter-relacionados, “até que a compreensão produzida pelas análises se mostre suficiente para o objetivo específico da análise” (Guimarães, 2010, p. 23-4).

Cada relato escreviente aqui apresentado é um acontecimento que expõe o repetível ao novo, marcando o encontro do já dito com os sentidos produzidos na enunciação, tomada aqui como o acontecimento do dizer. E esse processo de produção de sentidos constitui a história, como memória, e o social, que possibilita pensar a língua em funcionamento (Guimarães, 1989). Esse acontecimento é político, uma vez que caracteriza a “contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos”; ele é marcado pelo “conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento” (Guimarães, 2005 [2002], p. 16).

O acontecimento não é um fato no tempo, por isso não pode ser pensado numa sequência temporal linear, em que há uma marcação de um passado e de um futuro. É o acontecimento que instala a sua temporalidade, na qual o passado não é representado pelo antes, e sim pelo memorável, um recorte realizado pelo acontecimento, originando, a partir

daí, a latência do futuro, as projeções de interpretação (Guimarães, 2005 [2002]).

Para avançar nesta reflexão, dizemos que o título da escrevivência “Quarto de despejo” é um enunciado em que o acontecimento recorta o memorável atrelado a um espaço onde se acumula objetos que não têm mais utilidade, por isso são jogados nesse local e esquecidos ali. Assim, ao renomear a favela do Canindé, lugar onde mora, como “Quarto de despejo”, Carolina rememora a história da população brasileira em situação de vulnerabilidade, que é constantemente empurrada para as periferias das cidades, construindo comunidades invisibilizadas pelo Estado; espaços onde, de acordo com a alocutora, vivem os indesejados e os esquecidos pela sociedade.

Esse memorável não é uma lembrança individual, mas rememoração de enunciações, pois se apresenta como parte de uma nova temporalização, assim como a futuridade. Desse modo, o acontecimento é sempre uma nova temporalização, um espaço novo onde os tempos convivem, criando condições para o sentido e para a enunciação (Guimarães, 2005 [2002]).

Os narradores e personagens das escrevivências aqui analisadas não são identificados neste trabalho como sujeitos empíricos, com controle total sobre o que dizem, e sim como sujeitos-falantes cujo dizer se dá pelo agenciamento que determina os modos específicos de acesso à palavra, ou seja, eles são agenciados a dizerem o que dizem pelos espaços de enunciação, que são espaços de conflito entre línguas e entre falantes, onde seus papéis sociais são divididos na relação com as forças em embate nos seus dizeres.

Desse modo, esses narradores e esses personagens são tomados por esse agenciamento como figuras que compõem uma cena enunciativa, designada como configurações particulares nas quais os lugares de enunciação no acontecimento são distribuídos, afetando o falante quando ele é agenciado a falar. A cena enunciativa é configurada por Eduardo Guimarães (2018, p. 62-3) da seguinte forma: “o agenciamento da enunciação é o agenciamento do falante a falar. Este, enquanto agenciado a enunciar, se divide em lugar que diz (Locutor), lugar social de dizer (alocutor) e lugar de dizer (enunciador)”. Ainda segundo o autor, o Locutor (eu) diz para um tu, o Locutário; o alocutor (al-x) se apresenta para um alocutário (at-x); o lugar de dizer “se apresenta como quem diz de um lugar coletivo, individual, universal ou genérico”.

O enunciador individual é mobilizado quando o Locutor é representado sem relação de dependência com a história; o enunciador genérico se apresenta quando o dizer do Locutor é semelhante ao que todos dizem; o enunciador universal é quando o Locutor é representado “submetido ao regime do verdadeiro ou falso”; e o enunciador coletivo é quando a enunciação representa o Locutor ligado a um grupo, ao lugar da coletividade (Guimarães, 2005 [2002], p. 26).

No que diz respeito ao direcionamento do dizer, também é um lugar constituído pela cena enunciativa, uma vez que “a interpretação não se faz a partir de um lugar das motivações pessoais, mas de um lugar social”. Desse modo, aquele a quem o dizer se dirige é agenciado enquanto alocutário-x, cuja relação com o texto se dá no presente e no futuro, já que “o futuro é, no acontecimento, o tempo da interpretação” (Guimarães, 2017 [2012], p. 46-7).

Neste trabalho, visando destacar o lugar social da mulher negra, utilizamos as nomenclaturas Locutora, alocutora e alocutária, para as personagens femininas das escritas. Ressaltamos, ainda, que, como o corpus é composto por narrativas literárias, os sujeitos-falantes são personagens. No que diz respeito aos sujeitos Carolina, Esmeralda, Joel e Geni, seus nomes aparecem tanto na autoria das obras quanto na narrativa, como personagens protagonistas.

Para melhor caracterizar a configuração da cena enunciativa, analisamos um recorte do diário de Carolina Maria de Jesus. Consideremos, então, a enunciação que segue:

[R1]: 15 DE JULHO DE 1955 Aniversário de minha filha Vera Eunice. Eu pretendia comprar um par de sapatos para ela. Mas o custo dos gêneros alimentícios nos impede a realização dos nossos desejos. Atualmente somos escravos do custo de vida. Eu achei um par de sapatos no lixo, lavei e remendei para ela calçar.

Escritura de Carolina – Diário de Carolina Maria de Jesus, 15 de julho de 1955. In: Quarto de Despejo. (Jesus, 2014, p. 11)

O agenciamento do sujeito-falante, nessa enunciação, o divide em Locutor (L), responsável pelo dizer, e em alocutora-mãe, alocutora-provedora e alocutora-consumidora (al-x), lugar social autorizado a tomar a palavra, mobilizando diferentes enunciadore para apoiar o seu dizer. Em um primeiro momento, a tomada da palavra, do lugar social de alocutora-mãe, mobiliza um enunciadore individual para informar ao leitor que na-

quele dia [15 de julho de 1955²⁵] é aniversário da filha, mas esta não terá presente. Isso causa um sentimento de frustração, identificada no enunciado seguinte, pela alocutora-consumidora-provedora, cujo dizer associa-se ao enunciador coletivo, que apresenta a voz da coletividade [*Mas o custo dos gêneros alimentícios nos impede a realização dos nossos desejos*]. Em seguida, ancorada no enunciador universal e no enunciador coletivo, a alocutora-consumidora-provedora enuncia de um lugar que produz um efeito de verdade e de coletividade ao mesmo tempo [*Atualmente somos escravos do custo de vida*]. Depois, toma a palavra novamente como alocutora-mãe, mobilizando o enunciador individual para trazer a informação acerca da solução encontrada para resolver a questão da falta de sapatos da filha [*Eu achei um par de sapatos no lixo, lavei e remendei para ela calçar*].

Seguindo a discussão acerca do nosso percurso teórico analítico, para analisar os modos de significação dos sujeitos negros nas escrituras que compõem nosso corpus, utilizamos os procedimentos de reescrituração e de articulação. Para representar as análises, usamos o Domínio Semântico de Determinação (DSD).

Segundo Eduardo Guimarães (2007a, p. 84), reescrituração é “o procedimento pelo qual a enunciação de um texto rediz insistentemente o que já foi dito, fazendo interpretar uma forma como diferente de si”. É a reescrituração que “coloca em funcionamento uma operação enunciativa fundamental na constituição de sentido de um texto”. A esta operação dá-se o nome de predicação, aquela em que, “no fio do dizer, uma expressão se reporta a outra, pelos mais variados procedimentos, dentre eles a repetição, a substituição, a elipse, a expansão, a condensação”. Ademais, o autor (Guimarães, 2018) ressalta que a reescrituração não se constitui pelas relações segmentais ou de contiguidade, e sim pelo que a palavra significa na medida em que reescritura o que foi dito no enunciado anterior.

Para melhor caracterizar a questão da reescrituração, tomamos para análise um recorte de uma das cartas de Joel Rufino:

[R2]: Eu viajei logo depois do natal. Se lembra? Fui ao norte do Brasil, trabalhar. Quando eu voltei, tive uma surpresa. Fui convidado pelo governo a contar algumas coisas que eu fiz. Por exemplo: eu dei algumas aulas sobre coisas que o nosso governo não gosta; contei algumas histórias que o nosso governo não gosta que se conte; e, finalmente, escrevi alguns livros que o nosso governo também não gostou. Aí, o governo me pediu que esclarecesse todas estas coisas. [...] Eu acho que tenho razão. As au-

²⁵ Utilizaremos itálico para destacar, também, os enunciados selecionados dos recortes.

las que dei, as histórias que eu contei e as coisas que eu escrevi nos meus livros e nos jornais – eu acho que são coisas certas. O governo não acha. O juiz é quem vai decidir. Isto demora um pouco, infelizmente. Tenho certeza que o juiz vai dizer: “Seu Joel, não tem mal algum o senhor ter as suas opiniões. Pode ir embora. Ou então: “Seu Joel, o senhor já esperou muito tempo pela minha decisão. Pode ir embora.” Nelsinho. Eu queria, agora, estar aí com você. Mas, aqui, onde estou esperando a decisão do juiz não é tão ruim [...]

Escrevivência de Joel – Carta de Joel para Nelson, 12 de junho de 1973.
In: Quando eu voltei tive uma surpresa. (Santos, 2000 [1973–1974], p. 9)

A enunciação está marcada pela reescrituração por elipse, que se apresenta em: () *Se lembra?*; () *Fui ao norte do Brasil, trabalhar*; () *Fui convidado pelo governo a contar algumas coisas que eu fiz*; () *con-tei algumas histórias que o nosso governo não gosta que se conte*; () *escrevi alguns livros que o nosso governo também não gostou*. A elipse marcada pelo primeiro parêntesis reescritura VOCÊ (alocutário-filho). Já nos demais, reescritura o sujeito-falante agenciado como alocutor-prisioneiro (EU). Nos últimos enunciados, se apresenta uma reescrituração por repetição [nosso governo], produzindo ênfase no dizer do alocutor.

Outro modo de reescrituração que aparece no texto é a reescrituração por expansão, que se encontra no enunciado *Fui convidado pelo governo a contar algumas coisas que eu fiz*, e no enunciado *Aí, o governo me pediu que esclarecesse todas estas coisas*, os quais explicitam qual foi a surpresa, no acontecimento do dizer. O substantivo *surpresa* é uma reescrituração por condensação desses enunciados explicativos. Além dele, há outros elementos linguísticos que condensam parte do que está escrito no enunciado posterior, a exemplo de *algumas coisas que eu fiz*, que reescreveram *algumas aulas*; *algumas histórias*; *alguns livros*; e *coisas certas*, que reescreveram *As aulas que dei*, *as histórias que eu contei* e *as coisas que eu escrevi nos meus livros e nos jornais*. Existe, ainda, uma reescrituração por substituição em *Isto demora um pouco, infelizmente*, em que o pronome *isto* substitui *decisão do juiz*.

Eduardo Guimarães (2018, p. 89-91) explica que, no processo de reescrituração, “os diversos modos de redizer o dito produzem relações de sentido”, e essas relações se constituem da seguinte forma: pela sinonímia, cujo funcionamento “atribui sentido de um termo sobre o outro”; pela especificação, “que atribui sentido ao reescriturado pela expressão que o reescreve”; pelo desenvolvimento, marcado pela expansão; pela globalização ou totalização, que se apresenta na condensação; e a defini-

ção, que “estabelece uma relação de definição entre a reescrituração e o reescriturado”.

O modo como as relações semânticas são estabelecidas pelos sentidos construídos pelo funcionamento de elementos linguísticos que se relacionam mediante agenciamento enunciativo é designado pelo autor como articulação, a qual ocorre de três modos: por dependência, por coordenação e por incidência.

Na articulação por dependência “os elementos contíguos se organizam por uma relação que constitui, no conjunto, um só elemento” (Guimarães, 2018, p. 82), como ocorre em *Fui ao norte do Brasil, trabalhar*, no enunciado do R2, em que *norte do Brasil* funciona de tal modo que constitui uma única unidade.

Na articulação por coordenação, os elementos são organizados “como se fossem um só da mesma natureza de cada um dos constituintes” (Guimarães, 2018, p. 82), a exemplo de *As aulas que dei, as histórias que eu contei e as coisas que eu escrevi nos meus livros e nos jornais* (R2), em que os elementos sublinhados (grifo nosso) se acumulam numa relação de coordenação marcada pela justaposição e enumeração.

Já na articulação por incidência, ocorre uma relação “entre um elemento da mesma natureza e outro de outra natureza, de modo a formar um novo elemento do tipo do segundo” (Guimarães, 2018, p. 82). Se, por exemplo, o enunciado *Tenho certeza que o juiz vai dizer: “Seu Joel, não tem mal algum o senhor ter as suas opiniões”* fosse substituído por *Até mesmo o juiz acredita que tenho direito a ter minhas opiniões*, o elemento de incidência *até mesmo* iria produzir um sentido específico, e o enunciado em que ele se encontra apresentaria “uma enunciação que comenta a si mesma, ou seja, uma enunciação que fala da enunciação do enunciado que se enuncia” (*Idibid.*, p. 82).

Para demonstrar como funciona o sentido da palavra no texto, pela relação enunciativa que ela mantém com outras palavras, ali também funcionando, usamos o Domínio Semântico de Determinação (DSD). A relação de determinação é construída enunciativamente, é a enunciação que possibilita que uma expressão determine outra. Desse modo, “as palavras significam segundo as relações de determinação semântica que se constituem no acontecimento enunciativo; são relações que se constituem pelo modo como se relacionam com outras num texto” (Guimarães, 2007b, p. 80).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

As relações de sentido em um DSD são representadas pelo autor, por meio de sinais: ($\vdash$, $\perp$, $\top$, $\vdash$), que significam determina; (-----), para a relação de sinonímia; e (____), para a relação de antonímia. Em minha pesquisa de Doutorado, acrescentei um outro símbolo, com o objetivo de marcar o dizer do alocutor, quando o inserimos na representação do DSD: (δ), para significar *no dizer de*.

Vejamos, então, essas relações de sentido:

DSD 1 – Sentidos de aulas, no dizer de Joel e no dizer hipotético da Justiça, se opõem a sentidos de aulas, no dizer do Estado.	
<u>coisas certas</u>	
$\perp$	
AULAS	atividade profissional (δ alocutor-pai-professor-jornalista-prisioneiro)
<u>mal algum</u> $\vdash$ AULAS	opiniões (δ alocutor-juiz, na hipótese criada pelo alocutor-pai-prisioneiro)
AULAS	crime (δ Estado, representado pelo alocutor-governo)
$\top$	
<u>coisas erradas</u>	

DSD 2 – Sentidos de histórias, no dizer de Joel e no dizer hipotético da Justiça, se opõem a sentidos de histórias, no dizer do Estado.	
HISTÓRIAS $\vdash$ coisas certas	(δ alocutor-pai-professor-jornalista-prisioneiro)
<u>mal algum</u> $\vdash$ HISTÓRIAS	opiniões (δ alocutor-juiz, na hipótese criada pelo alocutor-pai-prisioneiro)
HISTÓRIAS	crime (δ Estado, representado pelo alocutor-governo)
$\top$	
<u>coisas erradas</u>	

DSD 3 – Sentidos de escrita, no dizer de Joel e no dizer hipotético da Justiça, se opõem a sentidos de escrita, no dizer do Estado.	
<u>coisas certas</u>	
$\perp$	
ESCRITA	atividade profissional (δ alocutor-pai-professor-jornalista-prisioneiro)
<u>mal algum</u> $\vdash$ ESCRITA	opiniões (δ alocutor-juiz, na hipótese criada pelo alocutor-pai-prisioneiro)
ESCRITA	crime (δ Estado, representado pelo alocutor-governo)
$\top$	
<u>coisa errada</u>	

Lê-se: $\vdash$ $\perp$ $\top$ (*determina*); — (*oposição*); ----- (*sinônimo*); δ (*no dizer de*).

Na enunciação de Joel, dois Locutores são citados: o Estado, representado pelo lugar social de alocutor-governo, e a Justiça, representada pelo lugar social de alocutor-juiz, cujo dizer se configura como uma

hipótese sobre o que será decidido sobre seu futuro [“*Seu Joel, o senhor já esperou muito tempo pela minha decisão. Pode ir embora*”].

A voz do Estado, ao contrário da voz da Justiça, é apresentada como um fazer já concretizado [*o governo me pediu que esclarecesse todas estas coisas*], e o memorável de processos em relação àqueles que se considera como infratores aponta que o verbo pedir foi usado para atenuar a situação, a fim de evitar o sofrimento do filho, uma vez que, para fins de esclarecimento do que considera um crime, o Estado não pede, ele intima. A significação funcionando na hipótese apresentada sobre o possível dizer da Justiça [“*Seu Joel, não tem mal algum o senhor ter as suas opiniões*”], relacionada às atividades desenvolvidas por Joel (*aulas, histórias e escrita*), nega o sentido de infração produzido pelo dizer do Estado, desfazendo, desse modo, a interpretação de que tais atividades são ilícitas.

Temos, então, no texto em análise, o lugar social de alocutor-pai-professor-jornalista-prisioneiro e o lugar social de alocutor-governo, cujos dizeres contrapostos sobre aulas, histórias e escrita desfazem o efeito de evidência de que todos significam essas palavras da mesma forma. Embora o lugar social de alocutor-juiz seja hipotético, uma vez que seu dizer está na imaginação do alocutor-pai-prisioneiro, é importante discutir os sentidos produzidos por essa voz hipotética, pois estes reforçam o dizer desse alocutor, de que as atividades desenvolvidas são lícitas. Assim, mostrar esse lugar social do dizer no DSD nos ajuda a compreender que “o falante é agenciado na sua relação com suas condições históricas”; que “a distribuição dos lugares na cena enunciativa é desigual”; que “lugares sociais de dizer são constituídos pelo litígio” (Guimarães, 2018, p. 64; 66).

Como podemos ver no DSD, os dizeres apresentam sentidos opostos (—), quando analisamos o dizer do Estado em relação ao dizer dos demais Locutores. Ao serem qualificadas como certas, as atividades citadas no dizer do alocutor-pai-professor-jornalista-prisioneiro se inscrevem no lugar do enunciador individual, em que esses acontecimentos (as coisas que foram ditas nas aulas, nas histórias, na escrita) são identificados como próprios da sua profissão de professor, escritor e jornalista. Esse sentido é reiterado no dizer hipotético do alocutor-juiz, que significa tais atividades como opiniões, nas quais não se vê mal algum.

Por outro lado, esses acontecimentos (*as coisas que foram ditas nas aulas, nas histórias, na escrita*), no dizer do alocutor-governo, o qual

se associa ao lugar universal da verdade, relacionam-se com a desordem, com a desobediência a uma norma imposta, por isso são um erro, e já que resultaram na prisão de Joel, configuram-se como um crime. Assim, ele é identificado pelo Estado a partir da mobilização de um outro sentido: é um criminoso.

Diante do exposto, afirmamos que a Semântica do Acontecimento nos auxilia a compreender, por meio da análise do funcionamento da língua, que os recortes das escrituras apontam situações marcadas pelas tensões, pela luta em prol do direito de existir dignamente, pelo direito de dizer. As vozes que ecoam na luta pela afirmação e pelo reconhecimento fazem parte de um acontecimento político que temporaliza e assim projeta sentidos, como bem afirma Eduardo Guimarães (2005 [2002]; 2018).

3. Considerações finais

As questões que esta análise aponta partem de lugares sociais diferentes, aderindo a modos de dizer também distintos, em um processo enunciativo que indica que as formas de interpretação não podem ser dadas como únicas e verdadeiras. Os dizeres, nos recortes das escrituras, estão atravessados por sentidos ainda não problematizados em diversos espaços.

Assim, o percurso metodológico apresentado, fundamentado na Semântica do Acontecimento, contribui para reflexões relevantes acerca da importância de se considerar os detalhes no desenvolvimento de uma pesquisa, desde a seleção do corpus até os procedimentos utilizados para analisá-lo, como aponta Zoppi-Fontana (2012). Em uma perspectiva materialista sobre o funcionamento da linguagem, posição à qual nos filiamos, compreendemos que os dizeres aqui analisados nos interrogam e nos convocam a interpretar os sentidos que neles estão postos, sem perder de vista que a enunciação é uma prática política atravessada por embates simbólicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. 1. ed. Tradução: Júlia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

EVARISTO, Conceição. *Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade*. 1996. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Faculdade de Letras. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

_____. A escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, C.L.; NUNES, I.R. (Orgs). *Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. cap. 2. p. 26-46. Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Escrevivencia-A-Escrita-de-Nos-Conceicao-Evaristo.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2022.

FONSECA, Maria Nazareth Soares. *Escrevivência: sentidos em construção*. In: DUARTE, C.L.; NUNES, I.R. (Orgs). *Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. cap. 4. p. 58-73. Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Escrevivencia-A-Escrita-de-Nos-Conceicao-Evaristo.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2022.

GUIMARÃES, Eduardo. *História e sentido na linguagem*. Campinas-SP: Pontes, 1989.

_____. *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. 2.ed. Campinas-SP: Pontes, 2005 [2002].

_____. Domínio semântico de determinação. In: ____; MOLLICA, M.C. *A palavra: forma e sentido*. Campinas: Pontes/RG Editores, 2007a.

_____. Domínio semântico de determinação. In: ____; MOLLICA, M.C. *A palavra: forma e sentido*. Campinas: Pontes/RG Editores, 2007b.

_____. Andorinha, andorinha. *Revista ECOS*, Universidade do Estado de Mato Grosso, v. 9, n. 2, Cavahada, 2010. p. 197-207. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/ecos/article/view/944>. Acesso em: 01 mai. 2026.

_____. Sentidos no texto-uma análise de “Neologismo”, de Bandeira. *Letras & Letras*, v. 32, n. 3, p. 215-25, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/letraseletras/article/view/33323>. Acesso em: 01 mai. 2026.

_____. *Análise de texto: procedimento, análise, ensino*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2017 [2012].

_____. *Semântica, enunciação e sentido*. Campinas-SP: Pontes, 2018.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo*: diário de uma favelada. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.

SANTOS, Livia Natália. Intelectuais escrevientes: enegrecendo os estudos literários. In: DUARTE, C.L.; NUNES, I.R. (Orgs). *Escrevivência*: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. cap. 12. p. 206-25. Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Escrevivencia-A-Escrita-de-Nos-Conceicao-Evaristo.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2022.

SANTOS, Joel Rufino dos. *Quando eu voltei, tive uma surpresa*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000 [1973-1974].

ZOPPI-FONTANA, Mónica Graciela. A arte do detalhe. *Revista Discursividade*, n. 9, p. 1-27, Campo Grande, jan./mai. 2012 Disponível em: <http://www.discursividade.cepad.net.br/EDICOES/09/Arquivos/zopi.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2016.